



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**  
**CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS**  
**CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**  
**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**



**Cooperativismo no Nordeste Brasileiro:**  
**Um Estudo de Caso da Cooperativa Mista Agropecuária de Sussuapara – COMASUL**  
**no Piauí.**

Autores: Mykaelly Moura Menezes<sup>1</sup>, Douglas Moraes Bezerra<sup>2</sup>

Picos-PI  
2016

<sup>1</sup> graduanda em Administração pela UFPI

<sup>2</sup> Professor da UFPI, mestre, orientador.

## FICHA CATALOGRÁFICA

Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí

Biblioteca José Albano de Macêdo

**M543c** Menezes, Mykaelly Moura.

Cooperativismo no nordeste brasileiro: um estudo de caso da Cooperativa Mista Agropecuária de Sussuapara – COMASUL no Piauí. / Mykaelly Moura Menezes; Douglas Moraes Bezerra. – 2016.

CD-ROM : 4 ¾ pol. (34f.)

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2016.

Orientador (a): Prof. Me. Douglas Moraes Bezerra.

1. Cooperativismo. 2. Movimento Social. 3. Estado. I. Título.

**CDD 658.047**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS  
Curso de Bacharelado em Administração



PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA  
DE DEFESA DE ARTIGO CIENTÍFICO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

**MYKAELLY MOURA MENEZES**

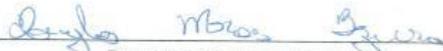
Cooperativismos no nordeste brasileiro: Um estudo de caso na Cooperativa  
Mista Agropecuária de Sussuapara - COMASUL

A comissão examinadora, composta pelos professores abaixo, sob a  
presidência da primeira, considera a discente como:

- Aprovado(a)**  
 **Aprovado(a) com restrições**

Observações: a nota está condicionada à entrega do TCC final com todas as  
alterações sugerida pela banca nos prazos previamente estabelecidos.

Picos (PI), 98 de JULHO de 2016.

  
\_\_\_\_\_  
Douglas Moraes Bezerra

  
\_\_\_\_\_  
Marcus Santos de Sousa

  
\_\_\_\_\_  
Kary Emanuelle Reis Coimbra

## RESUMO

No Brasil, o cooperativismo vem atuando fortemente ao longo dos anos, apresentando-se como uma alternativa ao desemprego causado pela estruturação produtiva do sistema capitalista e seu processo de alienação. No entanto, o cooperativismo vem sofrendo transformações ao longo do tempo, inserindo-se a um debate caracterizado pela interface Estado/Movimento Social. Nesse sentido, esta pesquisa tem por objetivo compreender como a relação Estado/Movimentos Sociais influenciou a experiência cooperativista presente no processo de fundação da Cooperativa Mista Agropecuária de Sussuapara – COMASUL. Estudos já realizados sobre o cooperativismo Picoense apontam para a grande expansão de cooperativas na cidade, devido à lei nº 5.764/71, que rege as cooperativas. Para a realização desta pesquisa foi utilizado o método de cunho qualitativo a partir do estudo de caso da COMASUL. Ao analisar alguns elementos como: o processo de fundação da cooperativa, o conhecimento prévio dos fundadores e algumas entidades de apoio, percebeu-se que o processo de fundação da COMASUL esteve voltado a aspectos mais voltados ao Estado, pois teve mais influência para experiência cooperativista presente no processo de fundação da COMASUL.

**Palavras-chave:** Cooperativismo, Movimento social, Estado.

## ABSTRACT

In Brazil, the cooperative has been strongly acting to right the years, presenting itself as an alternative to unemployment caused by the productive structure of the capitalist system and its alienation process. However, the cooperative has been changing over time, inserting a debate characterized by interface State / Social Movement. In this sense, this research aims to understand how the relationship State / Social Movements influenced this cooperative experience in the Agricultural Cooperative Joint foundation process Sussuapara - COMASUL. Previous studies on cooperativism Picoense point to the great expansion of cooperatives in the city due to Law No. 5,764 / 71, which governs cooperatives. For this research was used qualitative matrix method from the case study COMASUL. By analyzing some elements such as the cooperative foundation process , prior knowledge of the founders and some supporting organizations , we realized that the foundation process of COMASUL been facing the most focused aspects of the state, because it had more influence to cooperative experience present in the foundation process of COMASUL .

**Keywords:** Cooperatives, Social Movement, State.

## INTRODUÇÃO

Os efeitos da crise econômica Internacional que teve início no ano de 2007 têm afetado profundamente a estrutura econômica, social e política do Brasil nos últimos anos. A situação de desemprego no país é um dos principais termômetros deste fato. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE chegou a 11, 2% em abril de 2016 a taxa de desemprego no país. Este fato tem levado milhares de brasileiro a buscarem formas alternativas de conseguirem renda.

Soma-se também a este cenário as transformações produtivas ocorridas nas últimas décadas, como, por exemplo, as mudanças das formas de gerenciamento, a precarização das relações de trabalho e a busca por alternativas ao desemprego estrutural.

Nesse sentido, o cooperativismo tem se apresentado como uma saída importante para os setores sociais que se encontram marginalizados. Entretanto, com a visualização do cooperativismo apenas como uma tecnologia social capaz de amenizar os problemas estruturais da sociedade, a proposta cooperativista idealizada pelos socialistas utópicos, que originalmente estava associada à economia solidária na construção de uma alternativa de organização do trabalho contrária ao sistema capitalista é posta de lado, passando este a ser visto apenas como um apoio ou subsídio do capitalismo.

No caso do Brasil o cooperativismo tem se apresentado de diferentes formas de acordo com a região em que está inserido. As cooperativas nordestinas, por exemplo, principalmente as rurais, se mostram mais precisamente como um instrumento de controle do que uma proposta de mudança social, constituindo-se sob domínio de grandes proprietários (RIOS, 1989).

O cooperativismo, especificamente o agrícola, é considerado um importante instrumento de mudança para a população empobrecida, e tem colaborado para a política de desenvolvimento rural. Apesar de existirem experiências diversas com o cooperativismo no nordeste, este traz consigo a semente da esperança para a população nordestina que sofre com grandes secas e estão sujeitas ao desemprego e marginalização da sociedade.

Contudo, o cooperativismo ao longo da historia tem se apresentado a partir da relação entre dois eixos centrais: por vezes mais atrelado ao Estado, com características de conciliação e convivência pacífica; por vezes mais próximo dos movimentos sociais, caracterizado por um viés mais subversivo. Por tanto, se faz necessário constituir uma interface de análise que permita identificar qual a relação entre essas duas variáveis em cada experiência específica.

Na tentativa de entender a experiência cooperativista da cidade de Picos/PI as pesquisas de Silva, Bezerra e Bezerra (2013) e Sousa, Bezerra e Bezerra (2015) apontam que o cooperativismo de Picos não traz no seu bojo os elementos fundamentais do cooperativismo idealizado pelos socialistas utópicos, não surgiu por intermédio da igreja, de sindicatos ou por outra organização dos movimentos sociais, o movimento teve expansão somente após a criação de uma lei que liberava crédito para população que estivesse associada em cooperativas.

Contudo, antes dessa lei, existia uma cooperativa que era a mais importante da região, um dos grandes centros produtivos e que era, de certa forma, o catalizador econômico da região, gerando riqueza, renda e emprego: a Cooperativa Mista Agropecuária de Sussuapara, a COMASUL.

Assim, no sentido entender como as transformações do conceito do cooperativismo ao longo dos anos refletiram na experiência cooperativista picoense esta pesquisa se propõem a investigar “Como a relação Estado/Movimentos Sociais influenciou a proposta cooperativista presente no processo de fundação da Cooperativa Mista Agropecuária de Sussuapara – COMASUL?”. Este estudo teve por compreender como a relação Estado/Movimentos Sociais

influenciou a experiência cooperativista presente no processo de fundação da Cooperativa Mista Agropecuária de Sussuapara – COMASUL.

## **2. COOPERATIVISMO: DISCURSO OU FERRAMENTA DE MUDANÇA SOCIAL?**

O conceito do cooperativismo tem sofrido varias mudanças no decorrer dos anos, inicialmente apresentando-se como uma proposta do movimento operário para reorganizar o processo produtivo e a sociedade, e posteriormente como uma prática para resolver alguns problemas marginais, caracterizando-se como uma ferramenta de apoio do Estado. Diante deste quadro, cabe a reflexão sobre como se apresenta o cooperativismo atualmente ante à tantas mudanças.

A discussão sobre esse tema, diante da gravidade da crise econômica internacional, da situação de desemprego, e da incapacidade de resolver alguns problemas estruturais nos marcos do modelo capitalista de sociedade, exige um aprofundamento das pesquisas sobre novas estruturas organizacionais e novas formas de organizar o trabalho.

Na sociedade atual, a capitalista, como apontado por Karl Marx, enquanto uma pequena minoria usufrui de toda a riqueza que é produzida, a maioria da sociedade vive numa situação de empobrecimento cada vez mais acelerado. Ao tentar explicar esse fenômeno, Karl Marx desenvolve o conceito de alienação, através do qual o patrão se apropria de tudo que o trabalhador produz, até da sua humanidade. É neste sentido que o cooperativismo se apresenta como uma alternativa importante ao modelo predominante de organização da produção, pois rompe com a lógica da alienação, desenvolvendo uma estrutura solidária, igualitária e cooperativa.

Assim, se faz necessário aprofundar as pesquisas e refletir sobre esse tema, analisando como o conceito do cooperativismo vem mudando ao longo do tempo, mais especificamente no caso do Brasil, que teve sua história recente marcada por um grande assenso da classe trabalhadora com o regime autoritário e que no momento atual enfrenta uma grave convulsão social resultante dos efeitos da crise econômica.

### **2.1 Alienação e cooperativismo**

Apesar da diversidade conceitual e de classificação existente no campo do cooperativismo, este tem se apresentado como uma alternativa à lógica tradicional de organização do trabalho. Isso porque, diferente do modelo desigual que predomina na empresa privada, pautado na exploração e no enriquecimento de uns em detrimento de outros, dentro do cooperativismo existe outro tipo de relação com a propriedade, coletiva e não privada.

Embora a sociedade contemporânea seja caracterizada predominante pela propriedade privada dos meios de produção, vários estudos comprovam que nem sempre funcionou dessa forma. Em outros momentos da historia, ela se apresentou de forma coletiva, na perspectiva do uso social. A propriedade dos meios de produção de fato era coletiva, onde o resultado produzido tinha utilidade para todos.

Anteriormente ao surgimento do sistema capitalista, predominava o trabalho artesanal, que era realizado buscando apenas a sobrevivência (FRANCO, 2011), onde tudo que se produzia tinha valor de uso social para a comunidade (LIMA 2008). Do mesmo modo, na sociedade primitiva os homens trabalhavam coletivamente objetivando o bem comum. Essa forma de trabalho era possível devido à propriedade partilhada das ferramentas de produção, o que resultava em frutos de trabalho coletivos (FRANCO, 2011).

No início da Idade Média, o sistema de produção que predominava na sociedade era o familiar, onde se produzia produtos apenas para consumo próprio, não sendo destinado à venda, ou seja, sem intenção de lucro. Porém, é somente com o sistema fabril, que o empregador assume a propriedade dos meios de produção. Os trabalhadores por sua vez, passam a ser assalariados, pois tinham apenas sua força de trabalho a oferecer, sendo que as suas ferramentas de trabalho agora pertenciam ao empregador que se apropriava do fruto do seu trabalho. Neste sistema predominava a busca por eficiência e lucro, passando a se tornar um sistema de trocas (MOTTA; VASCONCELOS, 2009).

As bases desse sistema se intensificaram com a revolução industrial. O surgimento de novas tecnologias criava meios de substituição da mão-de-obra humana, resultando em uma grande parcela da população marginalizada. Neste momento, cresce o número de trabalhadores marginalizados, que devido às péssimas condições de vida encontravam-se numa situação de caos social, com epidemias, lixo, pobreza e revoltas sociais. Tal situação de vida estimula a classe trabalhadora a organizar-se em sindicatos que tinha por objetivo a busca por melhores condições de trabalho (MOTTA; VASCONCELOS, 2009).

Portanto, é somente quando os instrumentos de trabalho passam a ser progressivamente aperfeiçoados e incorporados à maquinaria e à tecnologia de produção, que surge na história a possibilidade da dominação de um indivíduo sobre o outro através do controle dos meios de produção, substituindo gradualmente a propriedade social dos meios de produção pela propriedade privada (FRANCO, 2011; LIMA, 2008).

Essa transformação é um dos principais elementos que caracterizam o surgimento do capitalismo, sistema no qual o trabalhador é separado do produto do seu trabalho, o que Marx denomina como alienação. É a partir dessa ação do trabalho alienado, que o sistema capitalista apropria-se do excedente de produção, a mais-valia, tornando predominante a propriedade privada. Uma das principais consequências desse processo é a ruptura do fluxo social do trabalho, através do processo de desumanização, tornando o homem apenas uma ferramenta de produção (JUNIOR; BRAGA, 2012).

No processo de alienação ocorre a perda de poder dos trabalhadores em decisões fundamentais que estão relacionadas à gestão do trabalho, à perda de autonomia destes, atingindo todos os espaços da vida social, não se restringindo a atividade produtiva (LIMA, 2008). A dominação exercida de um indivíduo sobre outro ocorre porque o principal determinante da lógica de funcionamento da sociedade capitalista é a busca pelo lucro, ou seja, a acumulação de capital (LIMA 2008).

Na percepção de Marx, a partir do momento em que a produção e seu produto são caracterizados como elementos da apropriação de um segmento social distinto daquele que produz, tem-se o estranhamento (RANIERI, 2001), no qual o trabalho não pertence ao ser quem o faz, e sim a outro ser, neste caso: o patrão, o burguês, ou simplesmente ao opressor (GOULART, 2014). O conflito entre apropriação e expropriação é o que gera a desigualdade socioeconômica e política entre as classes (RANIERI, 2001).

O ser alienado se distancia não apenas dos frutos de seu trabalho, como também da atividade que executa torna-se estranha. Dessa forma, o grande capitalista, aquele que pode desfrutar dos luxos que este sistema proporciona, normalmente associa o trabalho de seus trabalhadores à sua riqueza. O trabalhador não ganha necessariamente com o aumento do ganho do capitalista, e caso haja perdas, o trabalhador consequentemente perde através da degradação das condições de trabalho (GOULART, 2014).

Um elemento responsável pela desumanização no capitalismo é a expropriação do próprio trabalho reduzido ao emprego. Se todos os trabalhadores operassem nos meios de produção livremente, associados na produção por escolha e habilidade socialmente construída, divididos conforme vontade e trocando produtos de acordo com suas necessidades de consumo, não existiria submissão ao capitalismo (LIMA, 2008). Ainda segundo o autor,

para conseguir a superar a alienação é necessário a abolição da propriedade privada e do trabalho assalariado.

Segundo o pensamento de Marx o processo de desalienação está diretamente relacionado à coletivização da propriedade e à verdadeira socialização da produção (MENDES; STHEPHAN; VILLAÇA, 2013). A desalienação social é possível, necessariamente, através da redefinição do sentido do trabalho, dos padrões de trabalho, por meio da reversão da flexibilização e precarização, com o fortalecimento da razão social do trabalho. Isso significa que é preciso uma razão social que represente a busca do bem estar dos homens entre si, na e com a natureza, ou seja, pautada em novos padrões de produção e consumo que se ajustem à natureza e a seus ciclos (FRANCO, 2011).

Nessa perspectiva o cooperativismo surge como uma forma de reduzir a desigualdade e a alienação, constituindo um sistema com características contrárias ao modo de produção capitalista, sendo uma maneira de gestão autogestionária de organização da produção realizado pelos próprios trabalhadores. Para Lima (2009), as cooperativas são espécies de associações voluntárias em que os próprios trabalhadores administram à cooperativa, ou seja, todos são proprietários e participam dos processos de decisão através de um trabalho coletivo, pautados em princípios baseados na democracia, na autogestão, e na solidariedade e a igualdade social.

O aspecto democrático que caracteriza as cooperativas permite a reumanização das relações sociais. Rios (1987) afirma que a cooperativa trata se de uma alternativa de organização democrática, tendo por objetivo a construção de outra estrutura social e econômica que permite aos cooperados uma forma diferenciada de inserção social e de fonte de trabalho, pautada em princípios contrários ao sistema capitalista. Para o autor esta alternativa representa um modelo de organização que tem por finalidade a participação e a geração de renda, na qual pessoas se juntam de forma voluntária em busca de um mesmo objetivo, desenvolvendo atividades que possibilitem a produção e que consiga suprir as necessidades financeiras e sociais dos envolvidos.

Com base nisso, estando inserido em uma cooperativa, o trabalhador deixa de estar alienado do seu processo de produção e passa a atuar livremente com suas habilidades e capacidades. Dessa forma, o cooperativismo contribui para seu processo de desalienação, o que só é possível com a coletivização da propriedade, pois as estruturas produtivas pautadas na propriedade privada são por essência estruturas antidemocráticas e é justamente a ausência da democracia e igualdade que permite a alienação do processo de trabalho.

Desse modo, o cooperativismo se caracteriza como uma alternativa que rompe parcialmente com a alienação, pois baseia-se na autogestão coletivista do trabalho, ou seja, trata-se de um modo de gestão pautado em relações igualitárias e na valorização do trabalho. Nesse sentido, se não há alienação e o produto do trabalho permanece com quem o produziu, não há exploração da força do trabalho, pois a exploração capitalista se baseia na apropriação da produção dos trabalhadores (FARIA, 2009; CODO, 1989; RIOS, 1987).

## **2.2 Cooperativismo, Estado e Movimentos Sociais**

Como se pode observar nos itens anteriores o debate atual sobre cooperativismo tem se mantido na perspectiva de uma alternativa ao desemprego. Surge o que se pode chamar de novo cooperativismo, em contraposição ao velho cooperativismo. Nesse sentido é preciso dialogar sobre como seu conceito surgiu e se propagou ao longo da história, que pressupõe discutir as relações com o mercado e a questão da valorização do trabalho no decorrer da história (LIMA, 2010).

O cooperativismo é visto ao longo da história sob duas faces, a primeira é retratada por meio de movimento social, onde os trabalhadores se organizavam em buscar por melhores

condições de vida, vendo o cooperativismo como uma saída para os problemas enfrentados devido o crescimento desordenado do sistema capitalista e sua alienação. Em um segundo momento, o cooperativismo ressurgiu mais incorporado pelo Estado, através de programas de incentivo do governo. Portanto, para se analisar o tema do cooperativismo, faz-se necessário investigar essa interface, estado e movimentos sociais, para encontrar uma caracterização, uma definição, e assim fazer uma análise mais precisa dos elementos que interferem na realidade.

O movimento cooperativo surgiu do movimento operário representando na época a luta pela valorização do trabalho humano. É neste contexto que surgem as primeiras ideias cooperativistas, que foram sistematizadas e difundidas pelos socialistas utópicos do século XIX, Saint-Simon, Charles Fourier e Robert Owen, que desenvolveram o cooperativismo como doutrina moral e prática social. Nesta época, às ideias de liberdade, justiça, democracia e igualdade lançadas pelas revoluções Burguesas, somadas à realidade constituída pelo sofrimento da classe trabalhadora criaram um contexto propício ao surgimento de experiências cooperativistas que surgiram da necessidade da classe trabalhadora superar a miséria através da ajuda mútua (SILVA; BEZERRA; BEZERRA, 2013). Assim, o surgimento do cooperativismo está localizado no seio dos movimentos sociais.

O movimento social é um dos grandes princípios da existência humana, pois devido às forças desses movimentos as sociedades adotam formas, estruturas e expressões, constroem relações sociais, asseguram valores e comportamentos. Como fruto de um movimento social, a cooperação não pode ser vista somente como uma relação técnica de trabalho, mas como uma expressão política e técnica de superação dos trabalhadores, submetidos à lógica da acumulação do capital (FRANTZ, 2012).

Os movimentos representam forças sociais organizadas, reunindo as pessoas como campo de atividades e experiência social, essas atividades representam fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais. Fazem análises sobre a realidade social e partindo de algum parecer, estabelecem propostas, construindo ações coletivas que atuam como resistência à exclusão e luta pela inclusão social (GOHN, 2011).

O movimento social trata de organizações de caráter político a partir da construção de uma identidade coletiva, definindo conflitos e projetos de mudanças resultantes da interação entre várias articulações da sociedade. Essas organizações aproximam vários atores sociais de diferentes tipos de organizações e possibilitam o diálogo entre essa diversidade de interesses. Estes movimentos sociais caracterizam-se como um encontro de reivindicações com diferentes aspectos da cidadania, permitindo que tais movimentos realizem a defesa de uma coletividade (COSTA; CARDOSO; MEDINA, 2014).

Nesta perspectiva, os movimentos sociais permitem que um grupo de pessoas se organize para reivindicar os interesses de uma coletividade, nesse sentido, o cooperativismo quando foi idealizado pelos socialistas utópicos, teve sua origem de movimentos de trabalhadores lutando em busca de qualidade de vida, mas que com o passar dos anos passou a ser adotado pelo Estado por meio de programas sociais que objetivavam o desenvolvimento do país. O Estado transformou suas relações com a sociedade civil organizada, estimulando políticas públicas participativas, muitas delas coordenadas ou com a participação de antigas lideranças advindas de movimentos sociais (GOHN, 2011).

Após algum tempo, o cooperativismo passou a ser monitorado pelo Estado, que passa a lhe estabelecer garantias de funcionamento e exige respostas às demandas públicas estatais. Para Marx o Estado possui uma origem baseada na desigualdade e no conflito de classes causado pelo surgimento da propriedade privada, com a função de garantir e conservar a dominação e a exploração de classe. Segundo o autor, seria por meio da sociedade civil, o conjunto das relações econômicas e interesses privados, que se poderia compreender o

surgimento do Estado, o seu caráter de classe, a natureza de suas leis, as representações sobre as quais ele se apoiaria, e assim por diante (BARBOSA, 2004).

O Estado influenciou fortemente o cooperativismo brasileiro com a finalidade de atingir através das cooperativas, metas nacionais de desenvolvimento. A atuação do Estado acerca do movimento cooperativista apresentou-se de maneiras distintas e contraditórias, pois através de legislação específica, o Estado conferiu ampla autonomia às cooperativas. No entanto, como o regime político em vigência no país, na época, era de natureza centralizadora, essa autonomia teve pouca duração. Em 1937, a liberdade de organização e funcionamento do cooperativismo passou a ser fiscalizado pelos Ministérios da Fazenda, Trabalho, Indústria e Comércio (FILHO; PINHEIRO, 2004).

Houve mudanças no padrão de estruturas sociais com o objetivo de se estabelecer um novo tipo de relações entre o Estado e o cooperativismo, no sentido de exceder a forma intervencionista tradicional, considerando que tal intervenção opõe-se a essência ideológica do cooperativismo e ameaça o seu caráter de organização voluntária e democrática. É relevante ressaltar uma interferência que provocou grande transformação foi à ação estatal em direção ao cooperativismo no processo de modernização tecnológica da agricultura, tendo o Estado o objetivo de alcançar a estabilidade da economia através do desempenho desse setor (FILHO; PINHEIRO, 2004).

As cooperativas agrícolas foram bem assistidas, uma vez que o Estado disponibilizava os recursos. A intervenção estatal que mais se destacou sobre o cooperativismo brasileiro foi a chamada Política de Crédito Rural. O Estado atuava no cooperativismo brasileiro por meio de um investimento público destinado para atividades de produção agropecuária, em lugares de prevalecia maior situação de pobreza (FILHO; PINHEIRO, 2004).

Para melhor implantar suas políticas agrícolas o Estado buscou fornecer tais recursos através de cooperativas agrícolas. A partir disso, em vários momentos o Estado procurou no cooperativismo uma forma de obter mudanças de seu interesse no meio rural. Porém, as intervenções do Estado no cooperativismo, principalmente em cooperativas agrícolas, através do crédito rural por várias vezes acabaram aumentando a desigualdade na distribuição de renda (FILHO; PINHEIRO, 2004).

A forma como se apresentou a organização do cooperativismo no Brasil esteve associada a algo muito burocrático, aliado a uma forte intervenção do Estado. A atuação do cooperativismo em relação a esses fatores refere-se a algumas reflexões em relação à questão da eficiência dessa organização e suas estratégias para enfrentar um mercado em constantes transformações. Neste sentido, as cooperativas, especialmente as agrícolas, são vistas como um importante instrumento de articulação entre o associado, o mercado e o Estado (FILHO; PINHEIRO, 2004).

### **3 O PERCURSO HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO NO BRASIL**

No Brasil, apesar do Cooperativismo chegar apenas no século XIX, antes mesmo da descoberta do Brasil, haviam populações indígenas que praticavam um modelo de sociedade marcado por características solidárias, tendo em vista que estes viviam pautados em valores igualitários que garantiam o bem estar da sua família, não priorizando aos interesses econômicos de produção (ETGETO *et al.* 2005). Desse modo, a sociedade brasileira nem sempre esteve influenciada pelo o capital.

A primeira experiência cooperativista brasileira foi formada no Estado de Minas Gerais no ano de 1889, então conhecida como Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto (FRITZEN, 2005). Após a criação desta organização

mineira, é que se intensificou com rapidez o surgimento de outras cooperativas no país (BRASIL, 2006). O cooperativismo abrange uma diversidade de tipos, trata-se de cooperativas de consumo, agropecuária, produção, crédito, dentre outras (RIOS, 1989). No Brasil, as cooperativas agropecuárias tiveram bastante ênfase ainda no século XIX.

No ano de 1892, foi fundada a *Società Cooperativa delle Convenzioni Agricoli*, localizada em Veranópolis/RS (FRITZEN, 2005). Essa foi primeira cooperativa registrada no país, influenciada pelos povos europeus, dotados de conhecimentos a cerca da doutrina cooperativista (BRASIL, 2006). Entretanto nas visões de Moriyama (2004) e Souza et al (2007) foi anteriormente a essa data, em 1891, que a primeira cooperativa registrada oficialmente no Brasil foi criada, a denominada Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica, fundada em Limeira no Estado de São Paulo.

A Primeira lei a tratar das cooperativas o Brasil, foi a Lei nº 1637/1907 (COZERO, 2003). Após isso, na intenção de incentivar o crescimento do cooperativismo no Brasil, foi criado o Banco Nacional de Crédito Cooperativo – BNCC, que tinha por objetivo promover assistência às cooperativas por meio de financiamentos para qualquer tipo de organização cooperativa, estabelecendo apenas uma ressalva, que este crédito seria acompanhado pelo controle do governo (BRASIL, 2006). Mais adiante, em 1969, foi criada a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, e organizado um grupo de estudos com o intuito de elaborar uma lei própria este tipo de organização (BRASIL, 2006; MORIYAMA, 2004).

Em virtude disso, em 16 de dezembro de 1971 foi aprovada a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71, dispendo sobre o funcionamento das cooperativas à organização destas, desde sua criação até sua dissolução, liquidação, fusão e desdobramentos. Além disso, ela deixa claro que e o governo deve incentivar os empreendimentos cooperativistas (COZERO, 2003), e define a OCB como representante de todo o movimento, onde as cooperativas precisam obrigatoriamente se filiar a este órgão (VELLOSO, LOCATEL, 2011).

Ainda sobre a lei nº 5.764/71, é possível afirma que ela determinou a Política Nacional de Cooperativismo e estabeleceu o regime jurídico das cooperativas, definindo Cooperativa como uma sociedade de pessoas que juntas trabalham e colaboram com bens e serviços em prol de uma atividade econômica de forma recíproca, com a finalidade de atingir objetivos comuns a todos, não visando o lucro (ALVES *et al.* 2010).

No ano de 1984, foi criada a Secretaria Nacional de Cooperativismo – Senacoop por meio do Decreto nº 90.393, responsável por autorizar o funcionamento das cooperativas, promover o cooperativismo, fiscalizar o setor e, até mesmo, liquidar cooperativas existentes (BRASIL, 2006). Com a publicação da nova Constituição Federal de 1988, o cooperativismo no Brasil tornava-se independente e também passava a contar com a colaboração do Estado (BRASIL, 2006; REISDORFER, 2014).

O cooperativismo também se fortaleceu no país através do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. O cooperativismo praticado pelo MST estava associado à construção de uma estrutura político-organizacional baseada em objetivos que garantiriam a minimização da pobreza no campo, por meio do desenvolvimento de melhores relações de trabalho. Para que isso ocorresse, o MST organizou o Sistema Cooperativista dos Assentados – SCA, responsável pela organização da produção, por meio da implantação de cooperativas (BORGES, 2010).

No Brasil, é possível perceber a expansão do movimento cooperativista após a década de 90, isso se justifica pela busca dos trabalhadores por alternativas de geração de trabalho e renda, devido ao cenário de crise econômica e social que causou o agravamento do desemprego e o aumento das desigualdades sociais (BRASIL, 2006). A perda de empregos neste período esteve associada à reestruturação produtiva e a precarização as condições de trabalho e renda (MEIRA; OLIVEIRA; RUAS, 2012).

Assim, surge a partir de então, um novo setor na economia, para além do Estado e do mercado, com a finalidade de reduzir as contradições criadas por este modelo político-econômico individualizante, o chamado de Terceiro Setor, marcado por formas de organização, como ONGs, que articularam recursos e experiências na base da sociedade e das instituições filantrópicas, organizações dedicadas à prestação de serviços que visam o bem-estar social em vez do lucro (SILVA; BEZERRA; BEZERRA, 2013).

Juntamente a esse setor, surge também às formas de Economia Solidária que buscam por alternativas que minimizem as desigualdades e a exclusão social. É importante ressaltar dois fatores que contribuíram para seu aparecimento: os altos índices de desemprego e o anseio por um novo modelo de gestão (GUERRA; TOLEDO, 2010). A Economia Solidária se manifesta também através de cooperativas, associações populares, grupos informais, entre outras (SINGER, 2004).

Nesse contexto, é que modelos alternativos de organização do trabalho, passam a adquirir grande relevância no país, dentre eles, o cooperativismo. Nesse cenário as cooperativas surgem com a proposta de inclusão social das pessoas que foram excluídas do mercado de trabalho. Para reagir às consequências da crise que se alastravam pelo país, alguns trabalhadores se organizaram de forma cooperada com o propósito de se inserir novamente no mercado de trabalho (GONÇALVES, 2015; MEIRA; OLIVEIRA; RUAS, 2012).

A respeito do cooperativismo está localizado nos moldes da economia solidária Gonçalves (2015), afirma que as cooperativas de trabalho se caracterizam como sendo uma das formas organizacionais desenvolvidas sob o manto da economia solidária. Da mesma forma que as outras experiências de economia solidária, as cooperativas foram apresentadas como uma alternativa à crise que gerou desemprego na década de 90 e à precarização do trabalho. Sedimentado nesse contexto, é que o cooperativismo no Brasil se fortalece e se expande (MEIRA; OLIVEIRA; RUAS, 2012).

### **3.1 Cooperativismo no Piauí**

O cooperativismo brasileiro apresenta-se de diferentes formas de acordo as especificidades de cada região do país, pois as desigualdades regionais também são reproduzidas no cooperativismo. Desta forma, o cooperativismo no Brasil acaba reproduzindo as características geradas pelas estruturas regionais e pelo padrão de acumulação e desenvolvimento (SILVA, 2011; DUARTE; WEHRMANN, 2006). No nordeste o cooperativismo teve maior expansão no setor agrícola (SILVA et al. 2003; SILVA, 2011).

No nordeste, as cooperativas agropecuárias surgiram com forte controle estatal, caracterizando-se como um modelo concentrador e excludente, que teve uma estrutura agrária voltada para o latifúndio e para o setor agroexportador, associado a elite local juntamente com o poder central, representado pelo Estado (VELLOSO; LOCATEL, 2011; SILVA *et al.* 2003).

Desse modo, foram criadas muitas cooperativas como fonte de poder e influência de uma classe dominante, tendo como dirigentes um grupo de poder local, onde os cooperados se sujeitavam a aceitar as determinações de um grupo mais forte economicamente (SILVA *et al.* 2003). Neste sentido, grande parte das cooperativas rurais no Nordeste esteve organizada a partir de uma estrutura de classes, na qual os postos de comando sempre estiveram ocupados pelos grandes proprietários e pelas lideranças políticas locais e regionais, organizado como modelo elitista e concentrador de renda e de terras, atendendo a benefícios de pessoas e de grupos específicos.

Por esse motivo, o cooperativismo nordestino foi identificado mais como instrumento de controle do que de mudança social, tendo servido, muitas vezes, como instrumento de

transferência de recursos financeiros para os produtores (RIOS, 1987). Nesta perspectiva, é importante ressaltar o exemplo das cooperativas de beneficiamento e comercialização do algodão no Estado da Paraíba nos anos 70, a qual beneficiou aos grandes proprietários, que se apropriavam dos lucros gerados pela comercialização da mão-de-obra do pequeno proprietário.

No entanto, existiram também no Nordeste experiências que representam o cooperativismo como um movimento social, como é o caso das roças comunitárias situadas no Estado do Piauí em 1971 e na Bahia já nos anos 80, tendo em vista que a produção realizada nessas roças destinava-se ao benefício de todas as famílias que participavam do processo de trabalho (RIOS, 1989).

Assim como no nordeste e nas outras regiões do Brasil, ao longo do século XX, as cooperativas agrícolas foram as principais responsáveis pelo desenvolvimento do movimento cooperativista no país (SILVA *et al.* 2003). É a partir disso que na década de 1940, as cooperativas agrícolas, passam a ser consideradas como principais representantes do cooperativismo no Brasil (DUARTE; WEHRMANN, 2004). As cooperativas agrícolas atuavam como unidades de comercialização dos produtos de cooperados, realizando a revenda de insumos como também proporcionavam auxílio de assistência técnica (SILVA *et al.* 2003).

No Brasil, o cooperativismo rural tem sido visto como mecanismo de modernização da agricultura, estratégia de crescimento econômico ou instrumento de mudança social (DUARTE; WEHRMANN, 2004). Nas últimas décadas as cooperativas agrícolas vêm passando por intensas transformações para atender aos novos padrões de modernização tecnológica. Esse novo processo, acaba sujeitando algumas cooperativas a se inserirem no mercado agroindustrial (FILHO; PINHEIRO, 2004).

Assim como nos demais Estados do Nordeste, no Piauí é possível encontrar uma quantidade significativa de cooperativas. O cooperativismo piauiense teve início em 1925, com uma experiência na cidade de Corrente, situada na região sul do Estado, porém, a experiência não obteve progresso devido conflitos ocorridos naquela região que impossibilitaram a expansão do movimento (SESCOOP 2004).

Mais adiante, no dia 29 de junho de 1945, foi criada oficialmente a primeira cooperativa piauiense, a Cooperativa Agropecuária de David Caldas, que funcionava nos municípios de União e em Teresina (SESCOOP, 2004). A partir da década de 60, houve uma propagação de cooperativas, essa expansão ocorreu de tal maneira que no final da década, o estado já contava com 26 cooperativas catalogadas, tendo naquela época, uma das mais importantes cooperativas do Piauí, a Cooperativa Mista Agrícola de Sussuapara - COMASUL, localizada na região sul do estado, no município de Picos, fundada em 24 de Abril de 1969 (SESCOOP, 2004; SILVA, 2011).

Com o apoio da Secretaria de Agricultura do Piauí, por meio da Secretaria de Assistência ao Cooperativismo - SAC houve o aumento favorável do número de cooperativas em 1971 (SESCOOP, 2004). Em junho de 1976 é criada a Organização das Cooperativas do Estado do Piauí, (OCEPI), sem finalidade lucrativa, filiada a OCB, estruturada nas formas da lei nº 5764. A OCEPI funcionou como órgão técnico consultivo do Governo do Estado, ou seja, atuava como instrumento de ligação entre as cooperativas e órgãos públicos, pois também trata-se de interesse do governo, com sua proposta de amortecer a forte crise socioeconômica ocorrida com mais intensidade nos estados mais pobres do país, dentre esses, o Piauí (SILVA, 2011).

O cooperativismo Piauiense atualmente está distribuído em oito ramos: Agropecuário, Educacional, Infraestrutura, Produção, Saúde, Trabalho, Transporte e Crédito. O ramo agropecuário representou quase que a totalidade do Cooperativismo piauiense ao longo de suas primeiras décadas. O histórico cooperativista na cidade de Picos teve início no final da década de 60, com fundação da COMASUL, fundada em 24 de abril de 1969 (SESCOOP,

2004). Mais adiante, na década de 80 é criada a primeira cooperativa de mel da cidade de Picos, a denominada cooperativa Apícula da região de Picos - CAMPIL (SILVA, 2011). Em Picos como no resto do Estado as cooperativas agropecuárias predominam sobre as demais.

Na agricultura de Picos, um dos cultivos que teve maior destaque foi a plantação de alho. Um elemento que contribuiu para esse destaque e o bom sucesso da colonização Picoense foi o Rio Guaribas, grande responsável pelo fortalecimento da agricultura, proporcionando o desenvolvimento local. Essa cultura foi responsável por uma grande fonte de renda que impulsionou a economia da época, atingindo grandes patamares de produções e exportações desses produtos agrícolas, que se desenvolvia com grande facilidade nas terras ao longo do Guaribas. A primeira metade do século XX, a maior contribuição para o produto bruto municipal era gerada pela atividade agropecuária. Esse setor em Picos e microrregião, teve seus momentos de grande desenvolvimento proporcionando um crescimento econômico da região (SILVA, 2011).

#### 4 METODOLOGIA

Com o objetivo compreender como a relação Estado/Movimentos Sociais influenciou a experiência cooperativista presente no processo de fundação da Cooperativa Mista Agropecuária de Sussuapara – COMASUL, considerada como uma das primeiras experiências cooperativistas de Picos-PI, destacando-se como percussora do movimento cooperativista em Picos, foi por meio desta que fundou-se o cooperativismo na cidade (SOUSA; BEZERRA; BEZARRA, 2015). Esta pesquisa foi realizada conforme apontado pelo quadro abaixo:

Abordagem	Estratégia de entrada no campo	Fase	Estratégia de coleta	Coleta	Análise
Qualitativa	Estudo de caso	Exploratória	Não estruturada	Entrevista	Análise de conteúdo
		Descritiva	Semiestruturada	Historia oral e entrevista	
			Não estruturada		

QUADRO: Estrutura Metodológica da Pesquisa.

Fonte: Próprio autor

Para a realização dessa pesquisa foram feitas pesquisas de documentos da época de fundação da COMASUL, como jornais, atas da câmara de vereadores da cidade, estatutos e atas da própria cooperativa e foram realizadas entrevistas exploratórias com pessoas que podiam abrir caminho para a compreensão dos fatos. Isso foi feito devido a este estudo tratar-se de uma pesquisa qualitativa, que requer uma abrangência de elementos que possibilitem o entendimento de acontecimentos e fatos relevantes para se atingir o objetivo almejado.

A metodologia qualitativa segundo Marconi e Lakatos (2011) busca analisar e compreender aspectos mais detalhados, tendo em vista que esta fornece uma análise mais aprofundada a respeito de investigações. Trata-se também de uma pesquisa descritiva e exploratória. Nas palavras de Gil (2012) a pesquisa descritiva objetiva desenvolver, explicar e transformar conceitos e ideias, e a exploratória tem a finalidade de descrever as características de certa população ou fenômeno.

Como foi um estudo direcionado o um caso singular no campo estudado, a Cooperativa COMASUL, é importante destacar que esta pesquisa também se caracterizou

como um estudo de caso que consiste em um estudo aprofundado de um ou poucos objetos, de tal modo que possibilite seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados (GIL, 2002).

Diante disso, inicialmente foi realizada uma entrevista exploratória com o atual presidente da COMSAUL, onde foi possível coletar dados e informações a respeito da atuação da cooperativa em estudo, suas origens e qual pessoa, no caso dos fundadores, poderia contribuir para a realização da pesquisa. Neste momento também foi fornecido por parte do presidente, um material da época da fundação, que possuem informações da COMSAUL, documentos como, estatuto, histórico, atas de fundação e outros.

Em seguida foi entrevistado um dos fundadores da COMSAUL, que forneceu algumas informações a respeito da história da cooperativa. Essa mesma entrevista foi feita com um antigo funcionário da COMSAUL e outros dois fundadores. Essas entrevistas tiveram como objetivo detectar quais seriam as pessoas mais indicadas para fornecer as informações necessárias sobre a fundação da COMASUL. Realizou-se uma análise da coleta e percebeu-se que um dos entrevistados teria melhor capacidade de fornecer tais informações, por ter sido um dos fundadores da COMAUL, e ser uma pessoa que pudesse relembrar aspectos de uma época há cerca de 50 anos atrás e por ter disponibilidade.

Esse fundador foi entrevistado como principal sujeito da pesquisa, o Entrevistado I, a qual foi realizada uma entrevista baseada em um roteiro com os principais aspectos e questionamentos a respeito da origem do cooperativismo de Picos, no caso da cooperativa COMSAUL. Foi elaborado um roteiro de entrevista semi-estruturada e aplicado com o entrevistado em questão, que na percepção de Marconi e Lakatos (2011) a entrevista semiestruturada trata-se de um procedimento onde o entrevistador possui autonomia para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere apropriada, sendo por meio deste método a melhor a forma de explorar o assunto.

Por fim, diante dos resultados da entrevista realizada como entrevistado I, percebeu-se a necessidade de descobrir mais sobre a entidade que interferiu na criação da COMASUL, a Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural do Piauí – ANCAR-PI, e também sobre o coordenador que atuava nela na época. Foi preciso fazer um deslocamento até a cidade de Itainópolis-PI, para fazer uma entrevista com um indivíduo, o entrevistado II, que trabalhou nesta entidade na década de 60, época esta de fundação da COMASUL.

Esta pesquisa também utilizou como método de pesquisa a história oral, que na concepção de Silva (2012), essa metodologia provém de sua característica essencial que fundamenta-se na valorização da subjetividade dos entrevistados, permitindo o resgate de acontecimentos vividos, de acordo com o parecer de o quem os vivenciou. Nesta perspectiva, Aragão, Timm e Kreutz (2013) afirmam que a História Oral apresenta-se como um meio metodológico capaz de proporcionar voz às testemunhas de acontecimentos, possibilitando dessa forma a reconstrução da história através de narrativas individuais ou coletivas.

Para realização desta pesquisa foram analisados jornais encontrados da época de pouco após sua fundação, Jornal a Voz do Campus, correspondente ao ano de 1973, as atas da câmara dos vereadores da cidade do período de fundação da cooperativa, encontradas em livros histórico da câmara dos veadores de Picos, e estatutos, atas e outros documentos da própria COMASUL. Foram encontrados poucos documentos sobre algumas entidades que fizeram parte da fundação desta cooperativa, mas o que se teve acesso foi detalhadamente explorado.

A análise desses documentos se caracteriza como sendo uma pesquisa documental, a qual usa-se materiais onde tem-se a possibilidade de serem reelaborados conforme os objetos da pesquisa, tendo em vista que os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica (GIL, 2012). A análise de conteúdo configura-se como técnica de análise das comunicações, que se propõe a

analisar o que foi mencionado nas entrevistas ou observado pelo entrevistador. Na análise do material procura-se organiza-los em temas ou categorias que proporcione o auxilio para entender melhor o que existe por trás do discurso (SILVA; FOSSÁ, 2013).

#### **4 ANALISE DOS DADOS**

Picos é uma cidade do Piauí marcadamente caracterizada pelo cooperativismo, principalmente ligado ao mel, ao caju e ao doce. Contudo, pouco se tem estudado sobre o fenômeno cooperativista nesta região, fazendo-se necessário uma reflexão mais profunda sobre este fenômeno.

Como apontado anteriormente o conceito definidor do movimento cooperativista vem se transformando com o passar do tempo, chegando a sair da posição de antagônico ao sistema econômico e social atual, o capitalismo, para uma posição de sustentação do mesmo.

Estudos desenvolvidos por egressas da Universidade Federal do Piauí – UFPI, tem se dedicado a entender como tem se caracterizado a experiência picoense tendo em vista as transformações ocorridas neste conceito ao longo dos anos, de sua origem ao momento atual. Esses estudos apontam que a COMASUL naquela época foi criada com o objetivo garantir a melhoria na qualidade de vida dos cooperados, chegando à conclusão que o cooperativismo em Picos- PI teve maior proliferação a partir da década de 70. Apesar de chegar a esses resultados, não foi possível descobrir a real origem do conceito cooperativista da cidade, levando em consideração o que realmente caracterizou a primeira cooperativa de Picos-PI (SOUSA; BEZERRA; BEZERRA, 2015; SILVA; BEZERRA; BEZERRA, 2013).

Assim, percebe-se que apesar das análises já indicadas apontarem para a baixa relação conceitual do movimento cooperativista picoense com o conceito original do termo e evidenciaram também que o cooperativismo se expande na região de Picos após a aprovação da lei nº 5.764/71, a experiência da Cooperativa Mista Agropecuária de Sussuapara, traz novos fatos tendo em vista que sua fundação é anterior a esta lei.

Deste modo, para entender as características do movimento cooperativista na cidade de Picos, busca-se nessa análise compreender a contribuição da experiência da COMASUL para o desenvolvimento do cooperativismo na macroregião de Picos-PI, por meio da relação entre Estado e Movimento Sociais nesse processo.

##### **4.1 O processo de fundação da COMASUL**

A pioneira no ramo cooperativista em Picos, a COMASUL foi fundada inicialmente com a nomenclatura COASUL, Cooperativa Agropecuária de Sussuapara LTDA, caracterizava-se uma alternativa que proporcionava melhores condições de vida para pequenos produtores rurais da região do vale do guaribas. Um trecho do jornal “A voz do Campo”, edição nº5 de 1973, aponta o que representava a COMASUL para a população da época poucos anos após sua fundação:

A grande maioria dos agricultores ainda não sabe o que significa cooperativismo. Mas acredita nele e sabe e crê que a Cooperativa Agrícola de Sussuapara (COASUL) está trabalhando para dar-lhe melhores dias, maiores lucros, uma vida mais humana e menos sacrificada (CRUZ et al, 1973).

Os primeiros sinais para criação da COMASUL surgiram em meados da década de 60. Nesta época, surgiu o município de Picos no Piauí, um trabalho intensivo de extensão rural desenvolvido pela extinta ANCAR Piauí, atualmente EMATER Piauí. A extensão rural é

caracterizada como uma política pública planejada pelos governos federal, estadual ou municipal (PEIXOTO 2008). No início dos anos 60 era caracterizado como um modelo informal de educação direcionada ao público de agricultores e jovens rurais com o objetivo promover a aceitação de novas ideias, buscando à melhoria das suas condições de vida (SEPULCRI; PAULA, 2011) A ANCAR Piauí oferecia na época um trabalho de assistência técnica para pequenos agricultores da região, como é afirmado pelo Entrevistado I “...quer dizer o objetivo deste trabalho, ANCAR Piauí, era dar assistência direta ao pequeno produtor rural especialmente, de modo especial os produtores de alho...”.

Na época a produção de alho na cidade de Picos foi um grande instrumento de subsistência aos pequenos agricultores que viviam as margens do Rio Guaribas. Considerado um produto de excelente qualidade, o alho de Picos teve aceitação a nível nacional. Segundo Silva (2011), um dos cultivos que mais se destacou na cidade de Picos foi a plantação de alho, produzida as margens do rio guaribas, foi uma cultura responsável pela grande fonte de renda que impulsionou a economia da época.

A antiga ANCAR PI começou a atuar entre os produtores rurais devido à necessidade que estes tinham de saber técnicas de produção para melhorar a qualidade e produtividade do alho. Teve como primeiro extensionista o senhor Vicente de Vasconcelos, o qual tinha atuando consigo vários técnicos agrícolas, que juntos realizavam reuniões pelas comunidades para desenvolver um trabalho de melhoria na qualidade do alho, que por meio das experiências dos produtores atrelado aos conhecimentos técnicos, desenvolveram novas formas de produzir, com objetivo de aumentar a produtividade, como afirma as palavras do entrevistado I a seguir:

Através dele, do Vicente, ele fez, ele pegou, melhor, antes dele traduzir a ideia do cooperativismo, distribuir uma cartilhazinha, se num me falha a memória talvez eu ainda tenha ela guardada, uma coisa inédita é uma coisa muito bonita.

O técnico agrícola na época se dirigia até a comunidade para dar instruções de como produzir com qualidade ao pequeno produtor rural. Isso ocorria devido à existência de uma interferência que causou fortes mudanças, pois a ação estatal sobre o cooperativismo está relacionada ao processo de modernização de técnicas na agricultura, tendo em vista que o Estado objetivava atingir o equilíbrio da economia a partir do desenvolvimento da agricultura (FILHO; PINHEIRO, 2004).

Apesar de conseguir produzir bem e ter o apoio dos técnicos da ANCAR-PI, os pequenos produtores da cidade de Picos encontraram um problema advindo da comercialização dos produtos, neste caso do alho. Embora o índice de produtividade deles atingido uma alta considerada gradativa, no momento da comercialização o produtor não tinha seu esforço recompensado, tendo em vista que estes produtos passavam pelas mãos do atravessador, ou intermediário. Ao repassar o produto para ser comercializado, o produtor perdia o considerado lucro, pois o intermediário comercializava o produto em outro local e após certo período de tempo, e se apropriava do resultado adquirido com a venda, como afirma o entrevistado I:

Mas surgiu um dos problemas, que a única solução para ser solucionado, era a fundação da cooperativa, esse problema se chamava comercialização, quer dizer, esse produtor procurava tudo pra produzir bem, um índice de produtividade muito alta, mas que na hora da comercialização passava pelo atravessador...

Nas reuniões realizadas pela ANCAR, se comentava muito essa questão de se produzir bem e com qualidade e no final era o atravessador quem saia beneficiado, o que fazia com que o produtor se sentisse desvalorizado na hora da comercialização. O atravessador, para Marx é o indivíduo que se apropria do fruto do trabalho alheio, causando um processo de separação entre produtor e o resultado de seu trabalho, o que para o autor é denominado como alienação (JUNIOR; BRAGA, 2012).

Ainda em relação a essa questão Filho e Pinheiro (2004) colocam que, sobre a atuação do cooperativismo está inserida à questão da eficiência desse tipo de organização e suas estratégias para enfrentar um mercado que sofre mudanças constantemente. Goulart (2014) completa ainda que o trabalhador encontra-se em uma posição de mercadoria barata e substituível, pois quanto mais produz, menos valorizado torna-se seu trabalho, gerando assim o enriquecimento de outro indivíduo.

O papel da ANCAR PI, através do serviço de extensão rural nesta época, foi bastante relevante para juntos aos produtores perceber essa necessidade e ver oportunidade da abertura de uma cooperativa. O entrevistado II ressalta sobre o real papel da ANCAR PI.

Foi fundada em 1966, então ela é uma empresa. é... uma empresa, uma entidade filantrópica, sem, sem, como nos chamamos assim, sem fins lucrativos, ela era filantrópica, sem fins lucrativos, o objetivo dela era exatamente olhar como um todo, a situação de cada estado, principalmente de cada município onde existia o escritório. Então ela dava assistência técnica gratuita, ela infiltrava em todas as áreas que você imaginasse, a ANCAR atuava, nos éramos, somos, no tempo de ANCAR os verdadeiros soldados da extensão rural...

A ANCAR como afirma o Entrevistado II, tinha a finalidade de oferecer assistência técnica aos municípios em que atuava, buscando o seu desenvolvimento. Para ele foi um trabalho tão importante que chegou a dizer que os seus técnicos caracterizavam-se como verdadeiros soldados da extensão rural.

Esta entidade promoveu esta intervenção no sentido de apresentar aos pequenos produtores rurais o que era uma cooperativa, por meio de cartilhas distribuídas durante reuniões realizadas na comunidade e intercâmbios promovidos pelo mesmo, com finalidade que os produtores adquirissem conhecimento observando várias experiências de cooperativas em outros Estados, no sentido de conhecer cooperativas que passavam pelo mesmo processo. Foi através destes intercâmbios que os produtores aprendiam e também repassavam aos demais produtores. De acordo com o Entrevistado I, eram fornecidas aos agricultores umas espécies de bolsas que custeavam as viagens a outros Estados.

Antes da fundação da COMASUL, foram realizadas várias intervenções entre produtores rurais e intercâmbios. Nesse sentido, sua fundação não foi algo que aconteceu avulso, pois teve a orientação e o apoio por parte da iniciativa do Estado. Conforme afirma o entrevistado I:

...Bom então com esses intercâmbios quando nos viemos fundar a cooperativa, já tinha havido muitos intercâmbios, antes da fundação num foi só dizer, vamos fundar não, vários grupos já tinha se deslocado pra ver o que era uma cooperativa, entendeu.... Quando nos resolvemos fundar a COMASUL, a gente, cada filiado, ou seja, cada fundador já tinha a noção do que estava fazendo, do que era uma cooperativa...

Primeiro veio à ideia do cooperativismo, logo após às visitas as outras cooperativas existentes, para ver o que era o cooperativismo. O cooperativismo pensado inicialmente pelos

utópicos era baseado em movimentos de trabalhadores buscando por melhores condições de vida. No entanto, depois passou a ser adotado pelo Estado, através de programas sociais, na intenção de promover o desenvolvimento econômico do país (GOHN, 2011).

O forte da cooperativa para o Entrevistado I foi o retorno que ela podia proporcionar ao pequeno produtor, neste caso, não havia a diferenciação entre cooperados como ocorre em empresas privadas. Na época segundo ele, ocorria da seguinte forma: se o algodão, que na época era considerado o ouro branco do sertão, fosse entregue no mês de junho a cooperativa, o cooperado recebia um adiantamento que na época e em dezembro a cooperativa fazia a comercialização e vendia, tirava aquelas taxas o resto ela dividia, conforme ressaltado no jornal “A voz do Campo”, edição nº5 de 1973:

Fundada em 1969, a cooperativa vem apresentando resultados positivos crescentes, mesmo com três anos de secas. Em 1972 como nos anos anteriores, ela deu lucro. E domingo o lucro foi distribuído aos sócios agricultores. Os que produziram mais, receberam mais. Os que produziram menos, receberam menos. Mas todos receberam. Ou o dinheiro vivo, ou liquidando dívidas contraídas com o Banco do Brasil. Lucro repartido: 23 mil e 196 cruzeiros (CRUZ et al, 1973).

Ao ser criada a primeira cooperativa de Picos, era a esperança para muito agricultores para conseguir melhores condições de vida, onde os resultados desse trabalho era distribuído aos cooperados para que pudessem recompensar o seu esforço e assim ter melhores condições de vida. O Entrevistado I demonstra muita satisfação em ter feito parte dela: “Eu cheguei a lhe dizer pra mim foi a maior honra quando eu assinei como associado dessa entidade. Assim pelo, a quantidade de reuniões que já tinha participado e também já ter feito o primeiro intercambio cooperativista”.

Segundo alguns autores, essa característica do sistema capitalista é contrária a dos princípios cooperativistas, pois a cooperativa funciona como uma alternativa que rompe em partes o processo de alienação, na expectativa de valorizar o trabalho humano. Assim, sem a alienação, o resultado do processo de produção permanece com quem o produziu, pois como não há exploração da força do trabalho, não haverá exploração capitalista (FARIA, 2009; CODO, 1989; RIOS, 1987).

Após ser criada, ligeiramente ganhar visibilidade e expansão no Piauí, conforme é visto no texto do jornal “A voz do Campo”, edição nº5 de 1973:

Sussuapara, um nome que começa a ecoar pelos baixões e chapadas piauienses. Mais do que uma simples cooperativa, ela esta se transformando em um símbolo de esperança. São mais de 300 agricultores: rostos marcados pelo tempo, mãos calejadas no trabalho, olhar distante, voz sumida. Unidos na adversidade, à esperança de dias de bonança (CRUZ et al, 1973).

Conforme ressaltado no trecho desse jornal, a COMSAUL foi uma entidade que prestou muito relevância com a região de Picos PI, principalmente aos agricultores, pois possibilitou o alcance a resultados positivos e fortaleceu a união entre essas pessoas, sendo a caracterizado como algo que gerava esperança de dias melhores para a população picoense. Como destacado pelo jornal acima citado, esta entidade representava um símbolo de esperança aos que trabalhavam em busca de melhores dias, de condições de vida e de trabalho mais dignas e gratificantes.

## 4.2 Conhecimento prévio do cooperativismo e origem dos fundadores

Antes de fundar a COMASUL, os seus fundadores não tinham noção alguma de como funcionava o sistema cooperativista, pois somente puderam construir uma cooperativa através de uma iniciativa do Estado. Ao sentirem essa necessidade de comercialização, os produtores assistenciados pela ANCAR, viram que a única solução para este problema seria a fundação de uma cooperativa.

Como afirma o Entrevistado I, a ideia de cooperativismo chegou até eles, através da iniciativa da ANCAR Piauí, ao trazer informações a respeito da doutrina cooperativista, por meio do Coordenador da ANCAR da época e da necessidade que estes perceberam de comercializar sem a intervenção do atravessador. Para esses pequenos produtores rurais a para resolver essa situação, poderia vir da união de todos eles, através do cooperativismo, como afirma o Entrevistado I.

...se esses produtores quisesse uma união, somar essas forças, reunir essa produção e como se diz a união faz a força, um pouquinho de um, um pouquinho de, você não ver o trabalho da formiga, da formiguinha, ela trabalha em torno de uma união de... ela abastece, ela faz um trabalho de coletividade, então o trabalho do cooperativismo vem disso aí, então ele achou que para nos combatermos o intermediário, a única solução era se fundar uma cooperativa...

Dessa forma, com a intervenção do atravessador, o produtor não conseguia recompensar esforço do seu trabalho, porque o resultado do fruto do seu trabalho pertencia a outro indivíduo. A única solução era a fundação de uma cooperativa, que nas palavras de Rios (1987) é uma alternativa de organização democrática, que possibilita aos seus cooperados construir uma outra estrutura social e econômica, gerando uma fonte de trabalho pautado em princípios contrários ao sistema capitalista. Isso só foi possível a partir da iniciativa da ANCAR como mencionado pelo Entrevistado I: “A ANCAR, se não fosse o serviço de extensão rural, a ANCAR, hoje a EMATER Piauí, que noção tinha aquele homem rustico da roça pra achar que ele unido ele passaria a ser mais forte, em hipótese nenhuma”.

Neste sentido, é possível notar que, foi preciso a intervenção desta entidade para que os produtores entendessem o que significava uma cooperativa e pudessem “enxergar” a solução para um problema que surgiu decorrente de um aumento de produtividade. Com base nisso, é possível observar a falta de conhecimento que tinha aquele pequeno agricultor, pois no sistema capitalista o homem perde suas riquezas, que incluem conhecimentos em relação a gerenciamento do processo produtivo, estando nesse sentido embrutecido devido ao processo de Alienação, não o possibilitando aos menos encontrar formas de melhorar suas condições de vida.

Já em relação à origem dos fundadores da cooperativa em estudo, a intervenção do Estado se deu por meio de participação de seus representantes, como é o caso do primeiro presidente da COMASUL, o ex-vereador da cidade de Picos, sr. Diljama Nunes. Este tinha uma influência bastante favorável e com isso teria melhor desempenho no momento de conseguir recursos ou apoio para a cooperativa. Para um dos fundadores da COMASUL, o entrevistado I, o poder político podia influenciar de alguma forma do desenvolvimento da COMASUL.

Ele ex-vereador, filho de um ex-prefeito de Picos, filho da saudosa, a primeira professora formada que chegou em Picos, a nível pedagógico, e

prestou um relevante serviço a cooperativa de Sussuapara.... a razão de Djalma, ele era, agricultor de alho não, ele não era produtor... mais como ele era primo do saudoso governador Helvídio Nunes, ex-vereador, filho de um ex prefeito de picos, ele tinha uma influencia bem grande em Teresina, e nos precisávamos de uma pessoa, que tudo precisava de politico.

O primeiro presidente da COMASUL era uma pessoa politica, com aspectos que poderiam contribuir para o desenvolvimento da cooperativa, tendo em vista seu histórico político e sua influencia perante personalidades politicas. Apesar disso, o vice presidente e os demais integrantes da diretoria da COMASUL na época de sua fundação eram pequenos agricultores da região do vale do guaribas, como ressalta o Entrevistado I, a respeito do vice presidente, o sr. Francalino de Moura Fé :

...O Francalino de Moura Fé é de uma família tradicional da Sussuapara, uma família de princípios, uma família que se relacionava muito bem com a atividade agrícola, é na realidade nos apoiou, nos tivemos muita força, ele foi um dos articuladores, do sistema cooperativista, a fundação da cooperativa...

Assim como o vice presidente todos os demais membros fundadores eram pequenos agricultores rurais que produziam a margem do rio guaribas, sobretudo na produção do alho, considerado o grande responsável por alavancar a economia da região. Desse modo, mesmo a maioria os fundadores terem sido pequenos produtores rurais, houve uma pessoa que não se caracterizava dessa forma, ou seja, teve uma influencia do Estado, que por meio desta pessoa, a cooperativa adquiriu contribuições e apoio.

#### **4.3 Entidades de Apoio e Recursos Utilizados**

Foram vários os apoios que a COMASUL recebeu, tanto na época de sua fundação como após. Houve contribuição de algumas entidades, como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que foi outra intervenção do Estado para fundação e desenvolvimento da COMSAUL. A SUDENE foi responsável por fomentar vários bancos de créditos, dessa forma um dos recursos utilizados por essa cooperativa partiu de um órgão publico. Esta entidade atuou para o nordeste, de certa forma em cooperativas, dando sua grande contribuição para o desenvolvimento desse sistema. Um desses bancos, que contribuiu para fortalecer o sistema cooperativista foi o BNCC, como ressalta o Entrevistado I em sua fala:

....o BNCC , a Sudene foi quem influuiu trazer, que se não fosse a Sudene, o banco de credito cooperativista, não tivesse chegado no nordeste, não tinha interesse, o nordeste, o semiárido ..... o BNCC tinha o, ele fazia, ele tinha sua equipe, pra ficar, ele ficar , fazia visitas as cooperativas pra descobrir o que era que necessitava, quando a cooperativa solicitava um empréstimo, vinha um técnico pra saber se era viável.

A força da SUDENE permitia manter o cooperativismo, que mesmo não atuando diretamente com a COMSUL, fornecia recursos necessários para assegura-lo. Com o objetivo de promover o desenvolvimento do país, o Estado atuava no cooperativismo brasileiro fornecendo investimentos públicos para a finalidade das atividades agropecuárias, em locais que se concentrava maior situação de pobreza. Através desses recursos, o Estado procurou no cooperativismo uma maneira de obter mudanças de seu interesse no meio rural. A maneira como se apresentou o cooperativismo esteve vinculado a uma forte intervenção do Estado, principalmente as agrícolas (FILHO; PINHEIRO, 2004).

Os financiamentos eram disponibilizados a dinheiro quase sem juros, ou seja, a SUDENE abastecia os agentes financeiros e eles realizavam a distribuição através de financiamentos, de acordo com a fala do Entrevistado I:

...a função da Sudene, era colocar nas agências creditícias, é financiamentos a juros subsidiários, a função dela mais ou menos era isso, tudo através da Sudene chegava aos bancos...a Sudene não financiava, ela abastecia os bancos, os agentes financeiros, ela não vinha, a Sudene é um órgão regional que ele fomentava.

A primeira cooperativa de Picos também contou com o apoio de órgãos públicos municipais, como é o caso das Prefeituras e também de Movimentos Sociais. Na época de fundação, os Sindicatos de Trabalhadores influenciaram e de certa forma ajudaram na criação da cooperativa, de acordo com a fala do entrevistado fundador:

...um dos, dos nos maiores articuladores da COMASUL na época foi presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Picos, o senhor Osmar Araújo, foi umas das pessoas que nos deu uma grande contribuição, no crescimento e andamento da COMASUL.

O sindicato segundo o Entrevistado I facilitava sempre na questão de repassar recursos, que somente eles tinham acesso, para a COMASUL, tendo em vista que a cooperativas, a COMASUL estava em maior consonância com os produtores rurais, que realizava a distribuição diretamente àqueles que tinham maior necessidade. A Igreja Católica também teve sua participação, embora pequena, ela nunca se negou em ajudar, pois o oferecia espaços para que o a cooperativa efetuasse suas assembleias.

Além do apoio dessas entidades sociais, a COMASUL contou com as parceiras da prefeitura de Picos e das cidades vizinhas. Apesar do entrevistado ressaltar o pouco apoio por parte da prefeitura de Picos, na ata da câmara do dia 03 de outubro de 1969, do livro nº4, época de fundação foram percebidos algumas doações de recursos para construção da primeiro prédio da cooperativa em Sussuapara: “Outra que encaminha a câmara é o projeto de lei nº 23 que solicita um crédito especial de N CR \$ 1000,00 para o pagamento de 50.000,00 tijolos para serem doados a Cooperativa Agrícola de Sussuapara LTDA”.

A mesma reconheceu a COMASUL, na época COASUL, como de utilidade pública no ano de sua fundação como comprova o contexto do projeto de lei registrado no dia 03 de outubro de 1969, na câmara dos vereadores, como expressa o trecho a seguir:

Art. 1º - Fica reconhecida de utilidade pública a Cooperativa Agrícola de Sussuapara LTDA. , entidade fundada em 24-04-1969 com 80 sócios, registrada na Divisa do Cooperativismo do INDA, em Brasília, em 4-07-1969, sob nº 1.919, e na Junta Comercial em Teresina sob nº 1251.

Percebe-se a interferência por parte do poder público em dar apoio à cooperativa. Nesse sentido, a COMASUL foi criada com essa força de vontade dos produtores, através da ajuda do governo, por meio de atividades realizadas pela ANCAR e devido ao reconhecimento dos produtores junto a esta entidade da necessidade de criar uma cooperativa. O cooperativismo surgiu de movimentos sociais que permitem que um grupo a lutar pelos interesses de uma coletividade, estabelecendo propostas e construindo ações em busca pela inclusão social. No decorrer da história, o sistema cooperativista também passa a ser adotado pelo Estado, através de intervenções realizadas por meio de programas sociais, visando o desenvolvimento do país (GOHN, 2011).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desse estudo pode-se compreender que foi o Estado que mais influenciou a experiência cooperativista presente no processo de fundação da COMASUL. A partir dos documentos e entrevistas analisados, percebe-se a forte intervenção estatal presentes no processo de fundação da COMASUL, no conhecimento prévio e origem dos fundadores e nas entidades de apoio e recursos utilizados pela cooperativa.

A ação do Estado, através da ANCAR proporcionou aos pequenos produtores da região de Picos o atingimento do aumento de produtividade, mas que como não possuíam conhecimento o suficiente para gerir seu trabalho, somente puderam ter conhecimento do que se tratava uma cooperativa após a intervenção do Estado. Nesse sentido, foi preciso o Estado trazer a ideia do cooperativismo, por meio de cartilhas, intervenções na comunidade e possibilitando intercâmbios pra outros Estados para ser implantada a ideia de construir uma cooperativa diante da realidade deles.

Sua fundação se deu, fortemente por intervenção do Estado, no sentido que este, esteve presente em varias situações, pois além da intervenção da ANCAR-PI, se fez presente também o apoio de prefeituras e inclusive teve como primeiro presidente um individuo político. Apesar dessa forte influencia por parte do governo, a criação desta cooperativa também esteve associada à vontade e união de trabalhadores que juntos, resolveram lutar por seus direitos e tentar através da COMASUL construir algo em prol da coletividade, almejando o bem comum.

Foi observado a partir do material coletado que os produtores rurais da época não tinham conhecimento sobre como gerenciar sua própria produção, tendo em vista que o sistema capitalista no qual estavam inseridos os fizeram sofrer um processo de embrutecimento provocado pela alienação. Nesse sentido, sua falta de conhecimento não o fez sentir capaz de pensar em uma solução para o problema de grande produtividade, que no caso era a interferência do atravessador, fato esse que também teve influencia do Estado, pois as técnicas para aumento de produtividade foram repassadas a eles através das intervenções do serviço de extensão rural.

A primeira cooperativa de Picos adquiriu alguns recursos que contribuiu para sua fundação e também seu desenvolvimento. É possível observar a contribuição do Estado ao fornecer através das cartilhas disponibilizadas pela ANCAR-PI, que traziam importantes informações sobre a doutrina cooperativista, e o conhecimento pratico através de intercâmbios a outros estados. Em relação a esse elemento, mostra-se mais voltado para o Estado, pois não foi uma iniciativa que partiu dos próprios trabalhadores que tinham vontade de conseguir melhores condições de vida, mas que se dependesse apenas do que sabiam, jamais iriam avançar no sentido de formar uma cooperativa para contribuir com o desenvolvimento de todos.

Outros recursos utilizados, que também chegaram por intervenção do Estado foi o das prefeituras e dos financiamentos que a SUDENE por meio do BNCC que fornecia financiamento para desenvolvimento da cooperativa. Entidades sociais, como a Igreja e sindicato dos trabalhadores, também contribuíram com recursos, como os espaços fornecidos e o repasse de produtos. Nesse aspecto tanto o Estado como os movimentos sociais tiveram sua participação, porém a questão financeira o Estado atuou de forma mais forte, tendo em vista que também forneceu apoio, como capacitação dos agricultores e promoção da doutrina cooperativista em suas realidades.

A COMSAUL contou com o apoio de várias entidades para sua formação, como foi o caso das prefeituras, entidades e bancos de apoio ao cooperativismo e entidades não governamentais como igrejas e sindicato de trabalhadores. Pra sua fundação a principal entidade influenciadora que pode-se perceber foi a ANCAR Piauí, hoje EMATER. Tendo em vista que esta trouxe relevantes contribuições para a cooperativa, e junto aos agricultores detectou uma necessidade e lançou a proposta de fundação da cooperativa.

Em relação à origem de seus fundadores, a maioria era composta por pequenos agricultores rurais que produziam alho as margens do rio guaribas. No entanto o seu primeiro presidente era de personalidade política, mas que só foi convidado a participar da cooperativa por que na época era muito importante a participação de alguém de influencia política para que pudessem ter garantias de melhores desenvolvimentos. No entanto o vice-presidente da COMASUL era um agricultor assim como os demais fundadores também eram agricultores.

Os fundadores da COMSAUL resolvem unir suas forças e juntos fundar a cooperativa, que apesar de ter vindo como ideia do Estado, contou com a força de vontade de trabalhar coletivamente em busca de objetivos que beneficiassem a todos, se organizando e tentaram criar algo que representasse uma saída, ou uma alternativa para organizar seu trabalho e consequentemente os frutos dele.

Ainda que tenha atingido seu objetivo, este estudo teve suas limitações, apesar do acesso a pessoas que estiveram presentes na época de fundação, por ser um acontecimento acerca de quase 50 anos atrás, essas pessoas não tinham lembranças claras dos fatos ocorridos. Outra limitação foi encontrar dados referentes à ANCAR Piauí na teoria, pois trata-se de um órgão bem antigo e pouco explorado por autores.

Esta pesquisa contribuiu para entender a real origem do cooperativismo em Picos-PI, e poderá servir de inspiração e peça chave para realização de outros estudos, pois são muitos os dados e uma longa historia em torno dessa cooperativa ainda ser explorado. Por fim, percebeu-se que, o que caracterizou a COMASUL, cooperativa fundada antes da lei nº 5.764/71, foi um cooperativismo como apoio ao Estado, e não exatamente como o idealizado pelos socialistas utópicos, a partir de movimentos sociais de trabalhadores, mas que teve uma pequena parcela voltada pra esse lado.

De certa forma os trabalhadores daquela época queriam acabar com elementos característicos do sistema capitalista que os aprisionava a alienação. A COMASUL também tinha seu caráter solidário e coletivo, pois trazia no seu bojo elementos que expressavam esses aspectos, que apesar de não se tratar de uma critica ao sistema, surgiu também da união de trabalhadores para adquirir melhores condições de vida.

Assim a proposta que a COMASUL trouxe para a cidade de Picos foi de construir algo que pudessem gerar renda aos pequenos agricultores da região e solucionar um problema típico do capitalismo, e a partir disso desenvolver o município, e consequentemente o país. Isso só comprova que esse debate entre a interface Estado/Movimentos Sociais, tendo em vista esse vínculo, que de certa forma existe, não sendo definido separadamente, ou seja, um mostra-se interligado ao outro, não tendo uma definição absoluta de um ou outro para o conceito do cooperativismo.

## REFERENCIAS

ALVES, A. F.; BORILE, L. C.; BELON, I. C.; REINEHR L. (Orgs.). **Manual para cooperativas:** boas práticas na gestão cooperativada. Projeto: Desenvolvimento das cooperativas de agricultura familiar e economia solidária do estado do Paraná. Francisco Beltrão, Maio de 2010.

ARAGÃO, M.; TIMM J. W.; KREUTZ L. **A história oral e suas contribuições para o estudo das culturas escolares.** Caxias do Sul, 2013.

BARBOSA, W. Estado e poder político em Marx. **Revista Humanidades em Foco**, v. 3, p. 13, 2004.

BRASIL. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.** Evolução do cooperativismo no Brasil: DENACOOOP em ação. Brasília: MAPA, 2006.

BORGES, J. L.; Bases históricas do cooperativismo no MST. **Revista Fato & Versões**, n. 3 v. 2, p.157-173, 2010.

CODO, W. **O que é alienação.** Brasiliense, 1989.

BORGES, A. I. R. da; CARDOSO, H. V; MEDINA P. J. Na Rede Social: Os movimentos sociais na atualidade. Mosaico Social - **Revista do Curso de Ciências Sociais da UFSC.** Ano XII, n. 07, 2014.

COZERO, P. T. **As sociedades cooperativas no Brasil e suas especificidades: o cooperativismo contribuindo para o desenvolvimento social.** 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

CRUZ, A. P. da; MARCIANO, N. J. ; BARROS; B. B. de; BRANDÃO, T. J. S.; BEZERRA, S. A.; NASCIMENTO, G. P. do; CHAGAS, G.; LUZ, A. J. Cooperativa da Esperança. **A voz do Campus.** Picos-PI. 5 ed. pg. 04. Fev.1973.

DUARTE, L. M. G.; WEHRMANN, M. E. S. de F. Histórico do cooperativismo agrícola no Brasil e perspectivas para a agricultura familiar. **Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária no Meio Rural**, p. 13, 2006.

ETGETO, A. A.; SILVA, C. G. B.; VICENTE, F. C.; GIROTTO, M. W.; MIRANDA, I. T. P. Os princípios do cooperativismo e as cooperativas de crédito no Brasil. Maringá: **Revista de Ciências Empresariais**, v.2, 2005.

FARIA, J. H. **Gestão participativa:** relações de poder e de trabalho nas organizações. São Paulo: Atlas, 2009.

FRANCO, T. Alienação do trabalho: despertencimento social e desenraizamento em relação à natureza. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. spe 01, p. 171-191, 2011.

FRANTZ, W. Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária. Ijuí: Ed. Unijuí, 162 p. Rio Grande do Sul, 2012.

FRITZEN, E. **As mudanças nas cooperativas de eletrificação decorrentes da regulação do setor elétrico nacional.** Monografia (Pós-graduação em MBA Gestão Empresarial) Universidade do Extremo Sul Catarinense. Criciúma, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GOHN, M. da G. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. 33ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu - MG, 2010.

GONÇALVES, E. D. **A regulamentação das cooperativas de trabalho: entre a construção a economia solidária e a precarização do trabalho**. Curitiba, 2015.

GOULART, F. Marx e Marcuse: acerca da alienação do homem e seu trabalho. **Revista Opinião Filosófica**, Porto Alegre, v. 05; n. 01, 2014.

HOBSBAWM, E. J. E. **Era dos extremos**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

GUERRA, A. C.; TOLEDO, D. A. da C. **Economia solidaria e relações do gênero: analisando uma nova relação de trabalho**. Rio de Janeiro, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LIMA, J. C. Cooperativas de trabalho. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luis Inácio; HESPANHA, Pedro (Orgs.), **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

\_\_\_\_\_. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? **Revista Sociologias**. v. 12, n. 25, p. 158-198, Set/Dez 2010.

LIMA, J. A. B. Trabalho, educação e emancipação humana: a centralidade da teoria da alienação em Marx no enfrentamento dos dilemas da educação. **Trabalho necessário**, ano 6, n. 7, 2008.

MEIRA, T. A. V.; OLIVEIRA, D. C. de; RUAS, R. F. B. Economia solidária e cooperativismo: política de trabalho e renda. **EFDeportes.com. Revista digital**. Buenos Aires, 2012.

MENDES, R; STHEPHAN, C; VILLAÇA, L. Alienação e socialismo. **Revista Outubro**, ed 5. 2013.

FILHO, M. H. da C.; PINHEIRO, J. C. V. Algumas considerações sobre o cooperativismo agrário brasileiro. In: **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural-SOBER**, 42, 2004.

MORIYAMA, R.T. **Planejamento de Cooperativas habitacionais Autofinanciadas**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil ) Universidade Anhembí Morumbi, São Paulo 2004.

MOTTA, F. C. P. ; VASCONCELOS, Isabella Gouveia de. **Teoria geral da administração** – 3 ed. rev. – São Paulo: Cengage Learning, 2009.

PEIXOTO, M.. **Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação**. Brasília, 2008.

REISDORFER, V. K. **Introdução ao Cooperativismo**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico, Rede e-Tec Brasil, 2014.

RANIERI, J. **Alienação e estranhamento**: a atualidade de Marx na crítica contemporânea do capital. São Paulo, 2001.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. **O que é o Cooperativismo**. 1 ed. brasiliense, 1987.

RIOS, G. S. L. **O que é o cooperativismo**. 2 ed. brasiliense, 1989.

SESCOOP, Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo. **Cooperativismo Piauiense**. 5ª ed. Teresina: Composição, Arte, Fotolito e Impressão, 2004

SEPULCRI, O. ; DE PAULA, N. M.. O Estado e seus Impactos na Emater-Pr. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, n. 114, p. 87-110, 2011.

SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I. T. **Análise de Conteúdo**: Exemplo de Aplicação da Técnica para Análise de Dados. Brasília: IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade, 2013.

SILVA, D. L. S.; BEZERRA, N. V. S.; BEZERRA, D. M. **Cooperativismo**: da Origem à Prática Atual. 2013. 24 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Piauí. Picos, 2013.

SILVA, G. O. da. **Um levante no sertão do Piauí**: a trajetória camponesa na formação do assentamento marrecas. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2012.

SILVA, E.S.; SALOMÃO I. L.; MCINTYRE J. P.; GUERREIRO J.; PIRES, M. L. L. e S.; ALBUQUERQUE, P. P.; BERGONSI S. S.S.; VAZ, S. da C. **Panorama do cooperativismo brasileiro**: história, cenários e tendências, unircoop, vol. 1, 2003.

SILVA, M. das M. **Associativismo**: as cooperativas de caju de Picos Piauí – COCAJUPI. Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências sociais aplicadas, Dissertação (mestrado), Picos-PI, 2011.

SINGER, P. **O Desenvolvimento Capitalista e o Desenvolvimento Solidário**. São Paulo: Estudos avançados. v. 18, n. 5, p. 7-22, Mai/ Jun 2004.

SOUZA, A. M.; RIBEIRO, C. E. N.; VIUDES, S. F.; MIRANDA, I. T.P. **A evolução histórica do cooperativismo**. Maringá: Revista de Ciências Empresariais, v.4, 2007.

SOUSA, B. B.; BEZERRA, V. M. A.; BEZERRA, D. M. **Experiências Cooperativistas Presentes na Microrregião de Picos/PI**. 2015. 31 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Piauí. Picos, 2015.

VELLOSO, T. R.; LOCATEL, C. **A trajetória do movimento cooperativista no Brasil**: da Vertente de controle estatal para instrumento de Promoção de desenvolvimento regional. Bahia: XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, 2011.

# APÊNDICE

## **APÊNDICE: ROTEIRO DE ENTREVISTA**

1º) fale sobre a origem da COMASUL

- ✓ Porque a COMASUL foi criada
- ✓ Como a ideia sobre cooperativismo chegou ate os fundadores?
- ✓ O que levou os cooperados que formaram COMASUL criarem ela?
- ✓ O que esses cooperados sabiam a respeito de cooperativas?

2º) Em relação as interferências externas para criação da COMSASUL

- ✓ Houve participação de órgãos do governo?
- ✓ Houve contribuição do poder publico local, se houve quais foram? E com qual objetivo?
- ✓ Houve influencias de igrejas, sindicatos e outras associações? Quais foram? Contribuiu ou atrapalhou?

3º) Importância da COMASUL

- ✓ Qual o a contribuição que a COMASUL para os cooperados? E para a sociedade?
- ✓ O que a tinha por objetivo ao ser criada? Ela cumpriu com seu papel?

# ANEXOS

nº 21.

11-25/69

F.º 2  
~~11-25/69~~

Projeto de Lei nº de 3 de outubro de 1969.

Reconhece de utilidade pública a COOPERATIVA AGRICOLA DE SUSSUAPARA LTDA. e dá outras providências.

Art.1º - Fica reconhecida de utilidade pública a COOPERATIVA AGRICOLA DE SUSSUAPARA LTDA., entidade fundada em 24-04-1969 com 80 sócios, registrada na Divisa de Cooperativismo do INDA, em Brasília, em 4-07-1969, sob nº 1.919, e na Junta Comercial em Teresina sob nº 1.251.

Art.2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Picos, 3 de outubro de 1969.

Djalma Pereira Nunes  
Djalma Pereira Nunes

Vereador

Justificação em plenário.

A ... do dia ... de hoje.

... das sessões da Câmara Municipal de Picos

Em 3 Outubro 1969

Abelton de Deus Nunes  
Presidente

Aprovado em primeira

discussão por unanimidade

em 3 Outubro de 1969

Pedro Leal de Oliveira  
Secretário

Aprovado em segunda

discussão por unanimidade

em 3 Outubro 1969

Pedro Leal de Oliveira  
Secretário

Aprovado em terceira

discussão por unanimidade

em 3 Outubro 1969

Pedro Leal de Oliveira  
Secretário

A SANSÃO.

Sala das Sessões, Em 3 Outubro 1969

Abelton de Deus Nunes  
Presidente

LEVADO À SANSÃO NESTA DATA.

Câmara Municipal de Picos,

Em 3 Outubro 1969

Mª do Socorro Souza de Carvalho  
Diretora da Secretaria

Sancionada nesta data:  
Registre-se, publique-se e cumpra-se  
Gabinete do Prefeito Municipal de Picos, em 11 de outubro de  
1969.

*Oscar Neiva Eulálio*

---

Dr. Oscar Neiva Eulálio  
Prefeito Municipal

Registrada nesta data sob nº739 às fls.105 do Livro  
nº8 "Registro de Leis e Resoluções Municipais".

Serviço de Administração da Prefeitura Municipal de Picos, em  
11 de outubro de 1969

*Cristina de Castro Gonçalves*

---

Cristina de Castro Gonçalves  
Chefe do Serviço de Administração

LIVRO Nº 04.

ATAS DAS SESSÕES DA CÂMARA

DE 05/11/65 A 19/10/73.

a lei convocou imediatamente o Sr.  
Suplente Djalma Pereira Nunes, que  
imediatamente tomou posse do cargo  
de vereador em caráter efetivo. Resol-  
do-se a Ordem do Dia foram aprova-  
dos em terceira discussão os projetos de  
leis nos 17, 18, 19 e 20, que foram  
mandados a sanção. Do que para constar  
em Maria do Socorro Sousa de Carvalho  
Diretora da Secretaria a escrevi.

Abelton de Deus Nunes  
João José Batista  
Pedro Leal de Oliveira

Ata da vigésima sessão ordiná-  
ria da Câmara Municipal de Picos do  
terceiro ano da sexta legislatura.  
Nos três dias do mês de outubro  
do ano de mil novecentos e sessenta teve  
início a vigésima sessão ordinária da  
Câmara Municipal de Picos, sob a pre-  
sidência do vereador Abelton de Deus Nu-  
nes, Secretariado pelo vereador Pedro Leal de  
Oliveira, com a presença dos vereadores  
João José Batista, Djalma Pereira Nunes,  
Abelton de Deus Nunes, Rodolfo Rodrigues, Gal-  
taran a presente sessão e Waldemar Rodrigues  
de Sousa Martins. Compareceram a presente ses-  
são os vereadores: Casimiro Leopoldo Albano,  
Campeles Borges Leal e Brancas da Costa  
da Silva, foi aprovada a seguinte ordem  
do expediente conta apresentações de vários

ofícios e mensagens oriundas do Sr. Pre-  
 sidente. Um que remete proposta orçamentária  
 para 1.970 e Plano Plurianual de inves-  
 timento para 1.970, 1971 e 1.972. O au-  
 tor solicitando ao Sr. Presidente fazer se-  
 apresentar nesta Prefeitura o vereador desig-  
 nado, para juntamente com um representante  
 do comércio e um procurador da Prefeitura  
 procederem a competente avaliação do valor  
 de cada prédio. Outra mensagem da autoria  
 do Sr. Prefeito se encaminha à lessa  
 augusta esta Câmara, nesta data, o projeto  
 de lei que de nº 25 que aprova o Pla-  
 no Plurianual e o Plan de investi-  
 mentos. Outra que encaminha à Câmara  
 o projeto de lei nº 23 que solicita um  
 crédito especial de R\$ 1.000,00  
 para pagamento 50.000 títulos para  
 serem dados a Cooperativa Agrícola  
 de Sussuapara Ltda. E mais uma que  
 encaminha à Câmara o projeto de lei  
 nº 24 com a proposta Orçamentária  
 do Município para 1970. E por fim  
 uma mensagem que encaminha à  
 Câmara o projeto de lei nº 22 que so-  
 licita um crédito suplementar de  
 R\$ 2.400,00. Uma comunicação  
 para o Presidente Tribunal Eleitoral  
 (o manda do Sr. Presidente da Câmara  
 declarando extinto o mandato da vere-  
 dor Maria Inês Militas Rufino por  
 haver a mesma infringido o disposto  
 no artigo 8º item III e no mesmo tempo

exposando o Sr. Suplente Djalma Pe-  
reira Nunes para (exercer) vereador des-  
ta Câmara. Uma ofício do Engenheiro  
Agrônomo Soalor Lally para manifes-  
tar agradecimentos pela construção da Câmara,  
Sr. Ferrell ensej da articulação  
mantida para assinatura do Conví-  
nio entre a Prefeitura Municipal  
e a ANCAR-PIAVI. Um ofício da Secreta-  
ria do Tribunal de Conta do Estado  
comunicando um despacho do Sr. Bela-  
tor Augusto Riquieira Paranaíba  
sobre o processo de requisição as contas  
do Prefeito Municipal de Picos. Pediu  
a palavra o Vereador Djalma Pereira  
Nunes para apresentar o projeto de  
lei nº 21 que reconhece de utilidade  
pública a Cooperativa Agrícola  
de Sussua para (LTD) LTDA. Passando-  
se a Ordem do Dia foram submetidos  
em votação e aprovados primeira dis-  
cussão o projeto de leis de nº 21, 22,  
23, 24 e 25. Nada mais havendo a  
tratar foi encerrada a sessão o Sr.  
Presidente designado para Ordem do  
Dia da próxima sessão ocorrer. Do  
Banco de Carvalho Maria do Socorro  
Diretora da Secretaria da Câmara a escrevi.

Abelton de Jesus Nunes

José José Batista

Edoardo de Oliveira



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA  
"JOSÉ ALBANO DE MACEDO"

**Identificação do Tipo de Documento**

- ( ) Tese  
( ) Dissertação  
( ) Monografia  
 Artigo

Eu, Mykelly Moura Menezes,  
autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de  
02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,  
gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação  
Cooperativismo no Nordeste brasileiro: um estudo de caso da Cooperativa  
Nítida Agropecuária de Sumusipora - COMASUT no Piauí.  
de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título  
de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 16 de Agosto de 2016.

Mykelly Moura Menezes  
Assinatura